

Anúncio n.º 4626/2010

Processo: 440/10.7TYLSB
 Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)
 N/Referência: 1600712
 Data: 07-05-2010
 Insolvente: Telcidel Construções Unipessoal, L.ª
 Credor: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 04-05-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Telcidel Construções Unipessoal, L.ª, NIF 507653343, Endereço: Rua Frente À Quinta do Sobreiro, Lote 8, Alto das Vinhas, 2970-141 Sesimbra com sede na morada indicada. É administradora do devedor: Ana Maria Martins Ferreira Delgado, com endereço na Rua Frente À Quinta do Sobreiro, Lote 8, Alto das Vinhas, 2970-141 Sesimbra a quem é fixado domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Dr. Francisco Ribeiro Martins, Endereço: Av. Almirante Reis, 31, Sobreloja/Esquerda, 1150-009 Lisboa. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham elaborado nos termos do artigo 128.º do C.I.R.E. É designado o dia 13-07-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário.

07-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Gomes*.

303238959

Anúncio n.º 4627/2010**Liquidação Judicial (Instit. Crédito e Soc. Financeiras)
Processo: 519/10.5TYLSB**

N/Referência: 1600294
 Requerente: Banco de Portugal
 Insolvente: Banco Privado Português, S. A.

Publicidade de despacho de prosseguimento e citação de credores e outros interessados nos autos de liquidação acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 23-04-2010, ao meio dia, foi proferido despacho de prosseguimento a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 199/2006 do(s) devedor(es): Banco Privado Português, S. A., NIF — 502244518, Endereço: Rua Mouzinho da Silveira, N.º 12, 1250-167 Lisboa, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Fernando Adão da Fonseca, Endereço: Rua das Laranjeiras, N.º 175, Quinta da Marinha, 2750-008 Cascais, Carlos Eduardo Garcia Lemos Santos, Endereço: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, N.º 108 — 6.º A — 1070-067 Lisboa, João Ricardo de Azevedo Ermida, Endereço: Quinta da Penha Longa, Aldeamento A, Lote 14, Linhão, 2710-000 Sintra, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Para integrar a Comissão Liquidatária são no-

meadas as pessoas adiante identificadas, indicando-se os respectivos domicílios. Luís Augusto Máximo dos Santos, Endereço: Rua Mouzinho da Silveira, N.º 12, 1250-148 Lisboa, que presidirá, António Silva Ferreira, Endereço: Rua Mouzinho da Silveira, N.º 12, 1250-148 Lisboa, Manuel Martins Mendes Paulo, Endereço: Rua Mouzinho da Silveira, N.º 12, 1250-148 Lisboa. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas à Comissão Liquidatária e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato à Comissão Liquidatária a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (artigo 36.º alínea *i*) do CIRE e artigo 9.º, n.º 2, do RELICSF). Para citação dos credores e demais interessados — correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada à Comissão Liquidatária nomeada, para o(s) domicílio(s) constante(s) do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

Data: 07-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Manuel António Guerreiro*.

303237646

Anúncio n.º 4628/2010**Processo: 311/07.4TYLSB****Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)****N/Referência: 1600018**

Insolvente: Cristina & Isabel Dias, Cafeteria, L.ª
 Credor: Câmara Municipal de Lisboa e outro(s).

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que é insolvente:

Cristina & Isabel Dias, Cafeteria, L.ª, Endereço: R. Cândido de Figueiredo, 4-B, S. Domingos de Benfica, 1500-314 Lisboa. Administrador da Insolvência: Luis Filipe Barão Oliveira, Endereço: Av. Defensores de Chaves, 89 — 3.º, 1000-116 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado. A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente, nos termos do disposto nos art.ºs 230.º, n.º 1, alínea *d*) e 232.º n.º 2, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa. Efeitos do encerramento: *a*) — O incidente de qualificação da insolvência passa a prosseguir os seus termos como incidente limitado — n.º 5 do art.º 232.º do CIRE. *b*) — Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente, recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no art.º 234.º do CIRE — art.º 233., n.º 1, al. *a*). *c*) — Cessam as atribuições da Comissão de Credores e o Sr. Administrador da Insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — art.º 233.º, n.º 1, al. *d*). *d*) — Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — art.º 233.º, n.º 1, al. *c*). *e*) — Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos — art.º 233.º, n.º 1, al. *d*). *f*) — A liquidação da devedora prosseguirá, nos termos gerais — art.ºs. 146.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais — art.º 234.º, n.º 4 do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa.. Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

Data: 07-05-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Filipe*

303236909